



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000289220

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2033177-47.2025.8.26.0000, da Comarca de São Roque, em que é agravante MARTA SUELI CALDERAM VILLAÇA, são agravados NEOPAV ENGENHARIA PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA LTDA e CCR AUTOBAN CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LIA PORTO (Presidente) E FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI.

São Paulo, 26 de março de 2025.

PASTORELO KFOURI

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº: **9298**

Agravo de Instrumento nº: **2033177-47.2025.8.26.0000**

Relator: **Pastorelo Kfour**

Órgão Julgador: **7ª Câmara de Direito Privado**

Comarca: São Roque/1ª Vara Cível

Processo de Origem: 1004645-05.2024.8.26.0586

Juiz(a): Luiz Fernando Angiolucci

Agravante(s): Marta Sueli Calderam Villaça

Agravado(a)(s): CCR Viaoeste e outro

Ementa: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. RENDA INFERIOR A TRÊS SALÁRIOS-MÍNIMOS. PRESUNÇÃO RELATIVA DE POBREZA. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça em ação indenizatória, sob o fundamento de que a renda da autora não justificaria a concessão do benefício.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em saber se a agravante preenche os requisitos para a concessão do benefício da gratuidade da justiça.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. Nos termos da jurisprudência do C. STJ, a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência pode ser afastada por elementos que demonstrem a capacidade de arcar com as custas processuais.

4. No presente caso, os documentos nos autos comprovam que a renda líquida mensal da agravante não atinge os três salários-mínimos mensais, não havendo indícios suficientes para afastar a presunção relativa da declaração.

IV. DISPOSITIVO E TESE

5. Recurso conhecido e provido.

Tese de julgamento: "A concessão da gratuidade da justiça

deve ser deferida quando a declaração de hipossuficiência é corroborada por documentos que demonstram a incapacidade financeira do requerente de arcar com as custas processuais."

Dispositivos relevantes citados: CF, art. 5º, LXXIV; CPC, art. 98.

Jurisprudência relevante citada: STJ, AgRg no AREsp 1975492/SP, Rel. Min. Raul Araújo, j. 01.12.2021.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão que, nos autos da ação indenizatória, indeferiu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça ao autor, nos seguintes termos:

O art.5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, cabendo à parte interessada comprovar a condição de hipossuficiência, sob pena de indeferimento. No caso, está afastada a presunção pelos indícios constantes nos autos: natureza da ação em conjunto com a contratação de advogado particular, dispensando-se a atuação de advogado indicado nos termos do convênio entre a OAB e a DPE. Os rendimentos indicados pelos documentos de fls. 258/261 e 278/286, por si só, já infirmam a alegada hipossuficiência. Observa-se às fls. 262/277 movimentação financeira incompatível com a alegada hipossuficiência. No mais, não se verifica a apresentação de relatório emitido pelo Banco Central do Brasil (endereço eletrônico na internet do Banco Central do Brasil - Registrato) contendo todas as contas abertas em nome da parte autora. Assim, não comprovada nos autos a alegada hipossuficiência diante do acima exposto, indefiro a justiça gratuita à parte requerente,

ficando intimada a recolher as custas processuais e despesas processuais, sob pena de extinção, sem nova intimação. Prazo de 15 (quinze) dias. (...)"

Insurgência sob o argumento de que a renda mensal da agravante é inferior aos três salários-mínimos, enquadrando-se no conceito legal de parte hipossuficiente. Aduz que o indeferimento do benefício constitui obstáculo ao acesso à justiça.

Concedi o efeito ativo ao presente recurso (fls. 10/15).

É o relatório.

O recurso comporta provimento.

A situação narrada no despacho de fls. 10/15 permanece inalterada.

Esta relatoria aplica, como regra, em casos análogos, o parâmetro utilizado pela Defensoria Pública de São Paulo¹ para o atendimento de seus assistidos, fixando o teto de 3 (três) salários-mínimos de renda familiar para a concessão da gratuidade judiciária. É também este o parâmetro adotado por esta E. Corte, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. DECISÃO MANTIDA. RENDIMENTOS SUPERIORES A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS. Recurso não provido, com observação. (TJSP; Agravo de Instrumento 2026315-31.2023.8.26.0000; Relator (a): Lia Porto; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 2ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 03/03/2023; Data de Registro: 03/03/2023)

¹ <<https://www.defensoria.sp.def.br/atendimento/quem-pode-ser-atendido>>. Acesso em 13 Mar 2023.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de obrigação de fazer. Insurgência contra decisão que indeferiu a gratuidade de justiça e determinou o recolhimento das custas. Descabimento. Extrato bancário que demonstra movimentação acima de três salários-mínimos, quantia adotada como parâmetro pela jurisprudência para fins de deferimento da gratuidade de justiça. Decisão mantida. Recurso não provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2007870-62.2023.8.26.0000; *De minha relatoria*; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guarulhos - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 21/02/2023; Data de Registro: 21/02/2023)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Justiça Gratuita. Renda mensal auferida pelo requerente alcança valor superior a três salários mínimos. Adoção do parâmetro utilizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Indeferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita à recorrente mantido. Recurso improvido (AI nº. 2024202-85.2015.8.26.0000, 24ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Erson Oliveira, j. 23/04/2015, DJe. 07/05/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Justiça gratuita - Necessidade do benefício não comprovada - Renda mensal superior a três salários mínimos - Pleito de concessão do benefício indeferido Decisão mantida - Recurso desprovido (AI nº 2143720- 35.2016.8.26.0000, 9ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Costa Netto, j. 14/03/2017, DJe. 17/03/2017).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. Demonstrativo de pagamento que não

caracteriza a necessidade do benefício. Ganhos superiores a 3 salários mínimos. Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO (AI nº 2014490 - 37.2016.8.26.0000, 12ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. José Luiz Germano, j. 21/09/2016, DJe. 21/09/2016).

Sendo a condição de beneficiário da gratuidade da justiça a exceção e não a regra em nosso ordenamento, cabe ao magistrado o criterioso controle acerca da concessão do benefício, sob pena de deturpá-lo. Afinal, seu objetivo é garantir o direito constitucional de acesso à justiça de quem não poderia fazê-lo por razões financeiras, e não de desonerar aqueles que não querem pagar pelas custas do processo.

A falta de critério ao deferir o benefício oneraria, em última análise, o próprio Estado, que deixa de receber as custas processuais, transferindo à população os ônus que deveriam ser pagos pelo requerente, o que não pode ser admitido.

Quanto à declaração de hipossuficiência, ela goza de presunção relativa de verossimilhança, ou seja, apesar de ser possível o seu afastamento, são necessárias razões fundadas para tanto, conforme precedentes do C. STJ:

“De acordo com entendimento do STJ, a declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário. 2. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que” o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de

miserabilidade declarado” (STJ - AREsp: 1975492 SP 2021/0281023-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 01/12/2021)

O juízo indeferiu o pleito sob a justificativa de que os rendimentos declarados infirmam a alegada hipossuficiência.

Contudo, tanto pelo teor da declaração de imposto de renda de fls. 278/286 quanto pelo demonstrativo de pagamento de benefício previdenciário de fls. 258/261, a renda da agravante não ultrapassa os três salários-mínimos, perfazendo a importância média de R\$ 4.414,79 por mês, enquanto os três salários-mínimos equivalem a R\$ 4.554,00.

Não há, assim, elementos aptos a ilidir a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência firmada pela parte, justificando a concessão do benefício pretendido.

Ante todo o exposto, por meu voto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso para conceder os benefícios da gratuidade da justiça em favor da agravante.

PASTORELO KFOURI

Relator